



Senado aprova programa de incentivos para setor automotivo

MP votada ontem em Plenário cria novo regime tributário para montadoras e indústria de autopeças, que, em troca, devem investir em tecnologia e desenvolvimento de produtos

O Senado aprovou ontem medida provisória que cria um novo regime tributário, o Rota 2030, para montadoras de veículos e indústria de autopeças. O texto, que seguiu à sanção, estimula a criação de produtos, o investimento em pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias. O novo regime substitui o Inovar-Auto, vigente de 2013 a 2017. O programa prevê até R\$ 1,5 bilhão por ano de crédito tributário. Em troca, a indústria automobilística deverá investir pelo menos R\$ 5 bilhões ao ano em pesquisa e desenvolvimento. **3**



Genaldio Magelto/Agência Senado

Ao lado de Fernando Bezerra Coelho (D), que articulou a aprovação da medida provisória, Eunício preside a sessão no Plenário do Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador Eduardo Lopes (E), um dos requerentes da sessão, discursa da tribuna

Em sessão solene, parlamentares comemoram 65 anos da Record TV

Em sessão solene do Congresso, realizada no Plenário do Senado, parlamentares homenagearam ontem os 65 anos da Record TV. A rede de televisão foi elogiada pela seriedade e pelo compromisso com a verdade na

cobertura jornalística. Também o conteúdo de entretenimento da emissora foi lembrado.

Fundada em 1953, a Record exibiu programas famosos, como o *Repórter Esso* e festivais da música popular brasileira. **3**

Programa da TV Senado mostra fortalecimento do MP na Constituinte **2**

Eunício Oliveira convoca sessão do Congresso para terça-feira **3**

Assentado poderá vender energia solar e eólica

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deve analisar na terça-feira substitutivo ao projeto que obriga o Incra a autorizar o beneficiário da reforma agrária a contratar terceiros para explorar energia solar ou eólica, assegurada a participação nos resultados.

A comissão também pode votar proposta que dá direito ao Benefício Garantia-Safra aos agricultores familiares que sofrerem perdas, decorrentes de estiagem ou excesso de chuvas. **3**



Edilson Aguiar/Secom-IT

Agricultor da reforma agrária poderá terceirizar a exploração de energia

Índice de transparência avalia ações do Senado

Avaliação apresentada na quarta-feira na Comissão de Transparência mostrou que o Senado é uma instituição transparente na relação com a sociedade. Em uma escala de 0 a 1, a Casa obteve 0,8374 no Índice de Transparência Legislativa (ITL).

O índice foi criado pela Secretaria de Transparência do Senado e leva em conta quatro dimensões de transparência: legislativa, administrativa, participação e controle social e aderência à Lei de Acesso à Informação. **4**

Projeto que fixa jornada de psicólogo é tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos debaterá na segunda-feira em audiência pública a jornada de trabalho dos psicólogos. Proposta em análise na Comissão de Assuntos Econômicos prevê carga horária máxima semanal de 30 horas para esses profissionais.

A proposta tem origem em sugestão feita por meio do Portal e-Cidadania, que obteve os 20 mil apoios necessários e foi aprovada e convertida em projeto de lei. O texto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. **4**

O Brasil em construção
Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional
Mais informações: cn.leg.br/visite



Sessão solene comemora os 65 anos da Record TV

No Plenário do Senado, parlamentares elogiaram o compromisso com a verdade na cobertura jornalística da emissora. Também foi lembrado o papel da rede na história da televisão no país

EM SESSÃO SOLENE do Congresso Nacional, a Record TV foi homenageada ontem por seus 65 anos de existência. A rede de televisão foi elogiada pelos parlamentares pela seriedade e pelo compromisso com a verdade na cobertura jornalística e também pelo bom conteúdo de entretenimento que produziu e ainda produz.

O presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira, afirmou que a história da emissora se confunde com a história da televisão brasileira. O parlamentar lembrou que já foi ministro das Comunicações e disse que as emissoras têm grande responsabilidade pelo que transmitem.

— Vivemos na aldeia global, onde toda a informação chega quase imediatamente aos quatro cantos do mundo. Nesse contexto, as emissoras têm grande responsabilidade pelo que transmitem às nossas famílias e nossos lares.

Segundo Eunício, a Record foi importante na construção de um eixo de unidade nacional. Com seus programas, a língua nacional ganhou



Ao lado de Eduardo Lopes (3º à esq.), Eunício (C) preside a sessão solene

mais unidade e fortaleceu a integração do país, afirmou o senador.

— Nos últimos anos, sob o comando do bispo Edir Macedo, a emissora se consolidou entre as maiores do país e chegou a outros lugares do mundo. O Congresso Nacional se sente honrado em receber os representantes da emissora nesta sessão solene — disse.

Um dos requerentes da sessão, o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), lembrou que a Record, desde a sua fundação em 1953 pelo empresário Paulo Machado de Carvalho, buscou cumprir um papel de

vanguarda na comunicação. Foi a primeira emissora a realizar no Brasil uma transmissão externa de um jogo de futebol, o que ocorreu em 1955, da Vila Belmiro, numa partida entre Santos e Palmeiras.

Lopes mencionou ainda a atuação da Record na área cultural, quando em suas primeiras décadas abriu espaço para programas comandados por nomes como Dorival Caymmi, Inezita Barroso, Adoniran Barbosa, Roberto Carlos e Erasmo Carlos, entre outros. Também veiculou nesse período o *Repórter Esso*, que mudou a linguagem jornalística na televisão.

Guaracy pede paz para equipe de transição do novo governo

Guaracy Silveira (DC-TO), lamentou a “chuva de pedras” que cai a toda hora sobre a equipe de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Ele pediu paz e tranquilidade para que os que estão chegando possam trabalhar para a construção de um país melhor.

— Para cada ministro que se pretende nomear, que está sendo escolhido, parece haver uma saraivada, uma verdadeira chuva de pedras sobre as pessoas. Vamos dar paz, vamos dar governabilidade.



Gerardo Magela/Agência Senado

TRE causou estrago quando anulou chapa, afirma Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) disse ontem que foi prejudicado por decisão do TRE, que anulou antecipadamente os votos dados a sua chapa ao governo do estado, formada pelo PSB e pelo PT. A medida do TRE manteve a candidatura, mas excluiu o PT da eleição — e, por consequência, a chapa Capiberibe — pela não prestação de contas dos gastos do Fundo Partidário. Embora o TSE tenha anulado a decisão dois dias antes do pleito, o “estrago já tinha sido feito”, afirmou.



Gerardo Magela/Agência Senado

Vanessa: reajuste do Judiciário contraria vontade popular

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avaliou que a decisão do Senado de aprovar o reajuste do Judiciário vai na contramão do que a maioria da população deseja. Segundo ela, apesar de sempre ter votado a favor do reajuste salarial para a magistratura e para o Ministério Público, o momento do país exige sacrifícios de todos.

— O povo quer uma nova forma de fazer política. Se o governo exige sacrifícios da população, ele deve dar o exemplo — disse.



Gerardo Magela/Agência Senado

Senado não vota “pautas-bomba”, declara Eunício Oliveira

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, negou ontem que a Casa vote “pautas-bomba” para afetar o próximo governo. De acordo com ele, o reajuste de 16,38% concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e à procuradora-geral da República não cria novas despesas para o Executivo. O projeto de lei da Câmara (PLC 27/2016) foi aprovado pelo Plenário na quarta-feira à noite e segue para sanção.

— Não houve acréscimo de despesa porque todos nós

temos um teto [criado pela Emenda Constitucional 95]. O Judiciário e o Ministério Público vão ter que adequar seu teto para pagar funcionários. Não houve acréscimo nenhum de despesa nesse caso. Houve acréscimo de determinada rubrica e o Judiciário vai ter que cortar gastos em outros pontos para não ultrapassar o teto — disse.

Eunício afirmou ainda que está à disposição do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para discutir adaptações no Orçamento de 2019.

Presidente de associação diz que ataques ao MP são constantes

Em entrevista ao programa *Constituição 30 anos*, disponível no YouTube da TV Senado, o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Victor Hugo Azevedo, disse que os ataques ao MP são constantes e poderosos.

Segundo ele, não há excessos na atuação do órgão no combate à corrupção.

— O grande desafio do Mi-

nistério Público é consolidar a instituição idealizada pela Constituição — afirmou.

O que inspirou o fortalecimento do MP na Constituinte, disse, foi o desejo de ter uma instituição que pudesse conter os abusos do regime de força na instauração da ordem democrática.

Veja o episódio do *Constituição 30 anos*
<http://bit.ly/entrevistaConamp>



Victor Hugo Azevedo na entrevista ao programa *Constituição 30 anos*

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Sessão não deliberativa destinada a discursos de senadores.

Previsão atualizada às 18h de quinta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado aprova incentivos ao setor automotivo

Programa Rota 2030 concede incentivos fiscais a montadoras e indústrias de autopeças, que devem retribuir investindo em pesquisa e desenvolvimento

O PLENÁRIO APROVOU ontem a medida provisória que cria o Rota 2030, novo regime tributário para montadoras de veículos, que estimula criação de produtos, investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia. A MP 843/2018 passou na quarta-feira pela Câmara dos Deputados e seguiu à sanção na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/2018.

O programa substituiu o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017, e se baseia em incentivos fiscais. O novo regime concede até R\$ 1,5 bilhão por ano de crédito tributário, caso as montadoras invistam ao menos R\$ 5 bilhões ao ano em pesquisa e desenvolvimento.



Senadores Fernando Bezerra Coelho e Armando Monteiro, relator da MP

Uma das mudanças aprovadas no texto do Poder Executivo é a prorrogação, por cinco anos, do regime para as montadoras instaladas nas Regiões Norte e Nordeste. O relator na Câmara, deputado Alfredo Kaefer (PP-PR), garantiu a obtenção de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a título de ressarcimento pelo pagamento de PIS e Cofins.

Para a Região Centro-Oeste, o benefício acaba em 2020. A pedido de Ronaldo Caiado (DEM-GO), o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) fez um apelo para que o governo envie uma nova MP que garanta a prorrogação até 2025 também para o Centro-Oeste.

Segundo a Receita Federal, o texto original da MP implicava a renúncia fiscal de cerca de

R\$ 2,11 bilhões em 2019 e de R\$ 1,64 bilhão em 2020. Em 2018, não haverá renúncia fiscal, pois as deduções no Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas valerão a partir de 2019.

Os deputados aprovaram uma emenda que beneficia os carros movidos a motores flex. A alteração permite reduzir a alíquota do IPI em até três pontos percentuais.

Alterações

Na Câmara, a MP provocou polêmica porque o relatório incluiu vários temas estranhos ao texto encaminhado pelo governo, como desoneração da folha de pagamentos para indústria moveleira, diminuição de tributos para quadriciclos e renovação de programa de restituição de tributos.

Também foi retirado do texto o dispositivo que permitia a montadoras do Centro-Oeste

contar com incentivos fiscais maiores que os usufruídos por elas atualmente. Os incentivos atuais são de 32% do IPI e passariam a ser iguais aos do Nordeste (de 125% a 75%).

A aprovação da medida provisória foi negociada pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). O relator no Senado, Armando Monteiro (PTB-PE), recomendou a aprovação do texto vindo da Câmara. Segundo ele, o novo regime é um marco para o desenvolvimento industrial do Nordeste, uma vez que prevê benefícios específicos para montadoras da Região.

Único a votar contra o projeto, o senador Reguffe (sem partido-DF) lamentou a política de isenção fiscal adotada pelos últimos governos.

— A renúncia fiscal pode chegar a R\$ 2 bilhões. É dinheiro do contribuinte. Não posso concordar — protestou.

Eunício convoca sessão do Congresso para terça-feira

O presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, anunciou ontem, em entrevista à imprensa, que fará reunião do Congresso Nacional na terça-feira, às 15h. Ele disse também que convocará sessão do Senado para a manhã da quarta-feira.

— Eu vou chamar sessão do Congresso à tarde na terça e do Senado na quarta de manhã. O feriado é só na quinta, então teremos que trabalhar segunda, terça e quarta.

No Congresso, senadores e deputados deverão analisar vetos presidenciais e cinco projetos de lei que abrem créditos adicionais ao Orçamento da União de 2018.

Eunício também comentou sobre o projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que rege o distrato na compra de imóveis. O PLC 68/2018, do deputado Celso Russomano (PRB-SP), fixa direitos e deveres das partes nos casos de rescisão

de contratos de aquisição de imóveis em regime de incorporação imobiliária ou loteamento e tem um pedido de urgência para análise em Plenário.

O senador revelou que deve participar de uma reunião em São Paulo com representantes do setor — federações, sindicatos, associações e outras entidades, que desejam fazer uma explanação sobre o texto. Segundo Eunício, eles estão preocupados com a especulação no processo de compra e revenda de imóveis e pedem que o projeto dê tratamento diferenciado ao comprador efetivo, diferente daquele que faz apenas a especulação.

— Ele tem regime de urgência solicitado pela Comissão de Assuntos Econômicos, eu vou analisar o projeto e fazer essa reunião para ver se tenho condições de pautar para a próxima semana.

Assentados da reforma agrária poderão explorar energias limpas

Em reunião na terça-feira, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deve analisar substitutivo ao PLS 384/2016, que obriga o Incra a autorizar o beneficiário da reforma agrária a contratar terceiros para explorar energia solar ou eólica, assegurada a participação nos resultados.

De José Agripino (DEM-RN), o projeto é relatado por Wellington Fagundes (PR-MT), autor do substitutivo, que incorpora alterações feitas antes pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Se aprovada e não houver recurso para votação pelo Plenário, a proposta seguirá para a Câmara.

A comissão deverá analisar também o PLS 324/2018, que dá direito ao Benefício Garantia-Safra aos agricultores familiares que sofrerem perdas, decorrentes de estia-

gem ou excesso de chuvas, de pelo menos 50% da produção de hortaliças ou frutas. Hoje o benefício é pago apenas às culturas de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão. De Ciro Nogueira (PP-PI), o texto é relatado por Ana Amélia (PP-RS), favorável à proposta.

Proteção de cultivares

Outro projeto a ser analisado em caráter terminativo pela comissão é o PLS 404/2018, que aumenta para 20 anos o prazo de proteção a cultivares (novas variedades de plantas), com exceção das videiras, cana-de-açúcar e árvores frutíferas, florestais e ornamentais, para as quais o prazo será de 25 anos.

De Givago Tenório (PP-AL), o projeto é relatado por Cidinho Santos (PR-MT), favorável à proposição.



Eunício disse que também haverá reunião do Senado na quarta-feira

Lídice saúda acordo entre estados para aprovar MP

Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou a aprovação da MP 843/2018, que cria o programa Rota 2030. A senadora saudou o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), por seu esforço na discussão da MP na comissão mista.

— Senador Fernando Bezerra, o senhor atuou não apenas como um líder do governo. Soube amalgamar os interesses de Pernambuco, da Bahia e do Ceará numa causa única, chegando a um consenso que beneficia toda a Região Nordeste, Norte, Centro-Oeste e o restante do nosso país.



Gerardo Magela/Agência Senado

Armando Monteiro elogia benefícios do Rota 2030

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) destacou a aprovação do Programa Rota 2030, que cria um novo regime tributário para as montadoras de veículos, entre elas as do Nordeste.

— Havia um preconceito histórico em relação à região, condenada a atividades menos sofisticadas. Um preconceito contra o povo, sobretudo em relação ao potencial para o setor industrial.

O senador destacou a importância da Ford, que tem fábrica em Camaçari (BA), e do grupo Fiat-Chrysler, em Goiana (PE). Segundo ele, a atuação das montadoras nesses locais tem permitido a formação de capital humano, com técnicos de alta qualificação.

Montadoras fizeram Nordeste crescer, diz Otto

Otto Alencar (PSD-BA) defendeu as iniciativas que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, deram estímulos e incentivos ao setor automobilístico no Brasil. Na opinião dele, os investimentos permitiram o aumento da geração de empregos em estados como Bahia e Pernambuco. Antes da votação da MP que cria o Rota 2030, ele celebrou o novo regime tributário para as montadoras de veículos.

— Devemos chegar a mais de 60 mil empregos diretos e indiretos com a indústria automotiva.



Gerardo Magela/Agência Senado

Ana Amélia: incentivos não prejudicam indústria do RS

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que os incentivos às montadoras do Nordeste não prejudicam o setor no Sul e Sudeste. Ela disse ontem que o Rio Grande do Sul tem uma fábrica da General Motors e um centro de distribuição da Toyota.

— Encanta-me ouvir dos japoneses, que recentemente visitaram o centro de distribuição da Toyota, o testemunho de que encontraram lá não só uma mão de obra altamente qualificada, mas um comprometimento do trabalhador e dos executivos com a qualidade semelhante à do Japão.



Gerardo Magela/Agência Senado

Senado cria Índice de Transparência Legislativa

Ferramenta desenvolvida pelo Senado que mede o grau de clareza na relação entre as Casas legislativas e a sociedade foi apresentada à Comissão da Transparência

O SENADO É uma instituição transparente na relação com a sociedade. A conclusão é de uma avaliação apresentada na quarta-feira na Comissão de Transparência (CTFC). Em uma escala de 0 a 1, a Casa obteve 0,8374 no Índice de Transparência Legislativa (ITL).

O índice foi criado pela Secretaria de Transparência do Senado e é uma ferramenta disponível no Portal do Senado para que a sociedade e o poder público possam avaliar o grau de transparência das Casas legislativas.

O indicador leva em conta quatro dimensões de transparência: legislativa, administrativa, participação e controle

social e aderência à Lei de Acesso à Informação. De acordo com o coordenador-geral da Secretaria de Transparência, Marcos Ruben de Oliveira, o ITL avalia as informações que o órgão oferece ao público independentemente de demanda.

— O gestor vai conseguir avaliar onde estamos bem e cumprimos nosso dever e onde precisamos trabalhar mais para fornecer uma informação ainda mais transparente e clara para o cidadão. À medida que formos aplicando o ITL mais vezes, vamos poder avaliar a evolução do Senado — explica servidora da Secretaria de Transparência Ana Luiza Machado.



Ataídes Oliveira (C) preside audiência da Comissão da Transparência

O presidente da CTFC, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), elogiou a iniciativa. O parlamentar citou como exemplo de falta de clareza os gastos do chamado Sistema S, que recebeu R\$ 16 bilhões em

tributos em 2017.

— São contribuições sociais, e não há transparência nenhuma. Esse dinheiro é usado por meia dúzia de empresários falidos. Isso é um pecado. Em países de primeiro mundo, o

contribuinte sabe para onde está indo o dinheiro que ele paga em imposto. Mas no Brasil, não — criticou.

Mais cedo a comissão havia aprovado requerimento de Ataídes pedindo ao Ministério da Fazenda que informe se dirigentes das Confederações Nacionais da Indústria (CNI); do Comércio (CNC); dos Transportes (CNT); e da Agricultura (CNA) mantêm contas bancárias no exterior, sejam elas declaradas ou não. O parlamentar indaga ainda se houve saques em dinheiro acima de R\$ 50 mil em contas do Sesi, do Senai e do Sesc.

Veja como acessar o ITL <http://bit.ly/IndiceTransparencia>

Jornada de trabalho de psicólogos será debatida na segunda

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debaterá na segunda-feira em audiência pública a jornada de trabalho dos psicólogos.

O pedido foi do vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto que prevê carga horária máxima semanal de 30 horas para esses profissionais (PLS 511/2017).

O texto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta tem origem em sugestão feita por meio do Portal e-Cidadania, que obteve os 20 mil apoios necessários e foi aprovada e convertida em projeto de lei pela CDH.

Aprovado na CAS, o projeto

estava pronto para ser votado em Plenário, mas um requerimento de Pedro Chaves (PRB-MS) pediu o exame do texto também pela CAE.

Segundo Chaves, o tema ainda precisa ser analisado sob a ótica econômica, já que a redução da jornada poderia impactar o orçamento dos entes públicos e elevar os custos

no setor privado.

Ele argumentou também que a medida pode gerar dificuldades para novas contratações e prejudicar a assistência psicológica do Sistema Único de Saúde (SUS), prejudicando aos pacientes.

Foram convidados para a audiência pública o presidente do Conselho Federal de Psi-

cologia, Rogério Giannini; a vice-presidente da entidade, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega; a presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Fernanda Lou Sans Magano; e o secretário de Relações de Trabalho da Federação Nacional dos Psicólogos, Walkes Jacques Vargas.

ELEIÇÕES 2018

Nelsinho Trad (PTB-MS)



Ex-prefeito, Trad defende redivisão de tributos federais

Nelsinho Trad afirma que vai atuar por municípios

Nelsinho Trad disse que será um senador municipalista. Ex-prefeito de Campo Grande, de 2004 a 2012, ele afirmou que o país precisa “fortalecer os municípios”.

— É preciso reorganizar a divisão do bolo tributário federal em defesa dos municípios — declarou, lembrando que estados e cidades têm recebido cada

vez menos verbas na partilha de recursos arrecadados pela União.

O senador eleito também criticou o tamanho da estrutura do governo federal, com 38 ministérios e 149 estatais, e defendeu que é preciso enxugar a máquina pública.

— Nós temos que dar o exemplo para a população. O recado foi muito forte nas urnas.

Humberto Costa (PT-PE)



Para Humberto, o papel da oposição será importante

Humberto Costa diz que vai resistir a retrocessos

Humberto Costa foi um dos oito senadores que conseguiram a reeleição em 2018, um pleito em que o resultado das urnas renovou a cara do Congresso Nacional. Para ele, com o Senado mais fragmentado — agora serão 21 partidos —, o papel da oposição será mais importante e o desafio, ainda maior.

— Vamos tentar

construir maioria. Se isso não acontecer, vamos lutar duramente na oposição para resistir aos retrocessos que um governo do Bolsonaro pode trazer para o país — afirmou.

O líder do PT no Senado, eleito para o segundo mandato consecutivo, defende a revogação do teto de gastos e da reforma trabalhista.

Eduardo Gomes (SD-TO)



Senador eleito Eduardo Gomes quer Senado propositivo

Eduardo Gomes defende importância de reformas

Para Eduardo Gomes, o Congresso Nacional precisa ser propositivo e estabelecer um ambiente de convergência nos próximos anos. Ele disse que o país vive um momento de mudança e que o papel do Parlamento nesse contexto deverá ser de grandeza para entender o que a população espera dele.

— Todas as reformas são importantes.

Precisamos aferir todas as informações econômicas e sociais para que elas reflitam a necessidade da população. Há muito debate ideológico vinculado à questão político-partidária, quando na verdade as reformas devem ter sintonia com a realidade.

Ele defendeu as reformas da Previdência, tributária e política.

O Jornal do Senado está publicando matérias com cada um dos 54 senadores eleitos em outubro, que tomam posse em 2019 para mandatos de 8 anos